



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
OUVIDORIA-GERAL**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2021
COMARCAS DA 13ª ZONA JUDICIÁRIA**

Aos 28 (vinte e oito dias de maio de 2021), às 09h30, por videoconferência, no endereço eletrônico <https://tjce.webex.com/join/tjce.ouvidoriageral>, ocorreu a 1ª Audiência Pública da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com a participação das Comarcas da 13ª Zona Judiciária, integrada pelas Comarcas de Canindé, Boa Viagem, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti e população. O encontro teve como objetivo ouvir as demandas, comentários, elogios e críticas da sociedade em geral, instituições públicas e magistrados que atuam nas referidas comarcas. Estiveram presentes, a Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves, representando a Ouvidoria-Geral do Poder Judiciário, a equipe da Ouvidoria - Cinthia Andréia Mesquita Silva – Coordenadora, Mônica Sales de Mendonça, Oleângela Gomes de Lima Melo e Diana Gleyce Bezerra de Menezes Castro Araújo, e os abaixo relacionados:

Dra. Tássia Fernanda Siqueira – Juíza da 2ª Vara Canindé

Dr. Caio Lima Barroso – Juiz da 1ª Vara Cível de Canindé

Dr. Luiz Gustavo Montezuma Herbster – Juiz da Comarca de Boa Viagem, em respondência pela Vara Criminal de Canindé

Dr. Cláudio Porto - Defensor Público da 2ª Vara da Comarca de Canindé

Dra. Renata Araújo – Defensora Pública Vara Criminal de Canindé

Dra. Brenda Marialva Teixeira Ferreira – Promotora de Justiça da Comarca de Canindé

Dr. João Valmir Portela Leal Jr – Procurador do Município de Canindé

Sra. Maria do Rosário Araújo Pedrosa Ximenes – Prefeita de Canindé

Sra. Karlinda Coelho – Presidente da Câmara de Vereadores de Canindé

Sr. Raul Pinto – Presidente da OAB – Secção de Canindé

Sr. Marco Venício – Técnico de Informática – CATI Fortaleza

Sr. João Paulo Alves Pereira – Servidor da Vara Criminal de Canindé

Sr. Francisco Mário Lira de Sousa - Auxiliar Judiciário da Vara Criminal de Canindé

Sr. Wanderley Filho – ASCOM TJCE

Sra. Thyanne Marques – Assessora de Gabinete do TJCE

Sr. João Valmir Portela Leal Junior - Procurador Geral do Município de Canindé

Sr. Francisco Evandro Pinheiro Mota - Supervisor - Vara Única Criminal de Canindé

Sr. Carlos Alberto Silva Freitas - Supervisor - 1ª Vara Cível de Canindé

Sra. Antônia de Sousa Pereira - 1ª Vara Cível de Canindé

Sra. Rebeca Miranda Bezerra - 1ª Vara Cível de Canindé

Sr. Wellington Carvalho de Andrade - Supervisor - 2ª Vara Cível de Canindé

Sr. Iran Carlos Nascimento.....

Sr. João Pedro da Costa Figueiredo -

A Audiência foi aberta às 09h00, pela Desa. Tereze Neumann Duarte Chaves, que recepcionou os presentes e dissertou sobre o papel da Ouvidoria e seus objetivos junto à sociedade. Em seguida, passou a palavra à Dra. Tássia Fernanda de Siqueira, na qualidade de Juíza Diretora do Fórum da Comarca de Canindé, para que apresentasse as autoridades presentes.

Na sequência, a Ouvidora solicitou que a Dra. Tássia prosseguisse recolhendo as manifestações requeridas. Foi dada a palavra, então, à Prefeita do Município, Sra. Maria do Rosário Araújo Pedrosa Ximenes, que se pôs, em nome do Município, à disposição do TJCE; parabenizou a Dra. Tássia pelo excelente serviço que tem desenvolvido no sertão central, trabalho reconhecido pela população; realçou a necessidade da construção de um Fórum para a Comarca de Canindé; disponibilizou, em nome do Município o terreno para a construção do Fórum; e afirmou a necessidade de nomeação de mais juízes titulares para atuarem na Comarca.

A Desembargadora agradeceu a manifestação, realçando que todas as demandas e manifestações seriam, devidamente, encaminhadas à Presidência do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Dra. Tássia retomou e agradeceu o reconhecimento feito pelo trabalho desenvolvido; e acrescentou que Canindé é uma comarca desafiadora, extensa, com histórico de grande acervo processual, e que o Tribunal de Justiça tem olhado com atenção, promovendo, dentro do possível, em termos de limites orçamentários, financeiros e de recursos humanos, o desenvolvimento de um trabalho iniciado ainda na gestão do Des. Francisco Gladyson Pontes e agora na gestão da Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira. Realçou que a pandemia ocasionou a suspensão de alguns processos, principalmente a construção do Fórum, mas reconhece a superação das dificuldades por parte de cada servidor do Poder Judiciário de Canindé.

Dr. Raul Pinto – Presidente da OAB/CE, com a palavra, reforçou a falta de servidores e de juízes titulares na comarca, a afetar o atendimento realizado nas Varas da Comarca de Canindé, bem como influenciando na grande quantidade de processos represados.

A palavra foi facultada aos demais juízes da Comarca de Canindé.

Dr. Caio Lima Barroso, falou da satisfação em receber a Ouvidoria. Em relação à demanda da OAB, informou que devido ao grande acervo processual da Comarca de Canindé, existe um represamento de feitos; e que foi designado um NTR para Canindé, bem como a designação de juízes titulares, já tendo sido publicado Edital para promoção. Apesar das limitações, tentam superar e resolver as demandas que chegam, inclusive sendo feita redistribuição de servidores para ajudar na melhoria do serviço.

A Prefeita pediu a palavra para cumprimentar o Dr. Caio, por responder por várias comarcas, além

do Dr. Luís Gustavo, parabenizando a todos pelo trabalho.

Com a palavra, o **Dr. Luís Gustavo Montezuma Herbster**, Juiz da Comarca de Boa Viagem, em resposta pela Vara Criminal de Canindé, disse que a presente reunião democratiza o Poder Judiciário, que por vezes, parece distante do jurisdicionado. Cumprimentou os presentes, Defensoria Pública e OAB. Especificamente quanto à reclamação da OAB, o magistrado explicou que tomou as providências – quanto à falta de juízes titulares e processo de reestruturação da comarca. Há necessidade de servidores com conhecimentos específicos quanto aos inúmeros sistemas existentes; quanto aos problemas de comunicação, solicitou que fosse explicitado quais problemas existem: demora na resposta do *whatsapp business*, agendamento de reuniões com Magistrado, não funcionamento de *whatsapp*. Em seguida explicitou o procedimento para agendamento de reuniões ou solicitação de andamento de feito; quanto aos processos de réus presos, informou o grande quantitativo de presos existentes; que tem trabalhado e analisado os processos criminais e informa que esses feitos estão tramitando em ritmo normal, com andamento e movimentação dentro dos prazos; informou que são 3 magistrados os responsáveis por mais de 200 mil habitantes. Solicitou à Des.^a Ouvidora que levasse ao Pleno do TJCE a necessidade de designação de juízes titulares para a região.

Dr. Raul Pinto, da OAB agradeceu o excelente atendimento dos juízes titulares de Canindé; e realçou que a demanda por atendimento aos advogados é pontual.

O **Dr. Luís Gustavo** informa que o momento dessa Audiências é propício a críticas, sem medo de represálias.

O **Supervisor Evandro**, da Vara Única Criminal, falou sobre as mensagens de *whatsapp* fora do horário comercial, que foi demanda da OAB. Informa que sempre priorizou o atendimento e que foram designadas 2 servidoras para atendimento de *whatsapp* até às 18h. Explicou que existem servidores trabalhando 12h/dia, inclusive após o horário comercial.

Dr. Luís Gustavo registrou a dificuldade de se conseguir um horário na cadeia pública de Caridade, o que complica a realização de audiências, sobretudo de custódia.

O **Servidor Evandro** informou as diversas dificuldades que têm de ser ultrapassadas para viabilizar a realização de audiências. Em 5 meses foram realizadas pela vara criminal, 105 audiências. Os desafios são diários

Dra. Tássia reconheceu as inúmeras dificuldades e desafios que a vara criminal enfrenta, mas realça o esforço para superá-las. Reforçou, com o início do processo de reestruturação (jan/2020), virtualização, implantação de sistemas, houve mais cobranças e diminuição de força de trabalho; e aponta que a unidade criminal vem no processo de busca de melhoria; que teve ontem reunião sobre o CEJUSC que irá auxiliar nas audiências também da vara criminal, possivelmente será recebida mais força de trabalho; que se encontra otimista e esperançosa sobre um novo auxílio a ser recebido e que será discutido em reunião hoje à tarde com a Des.^a Presidente do Tribunal de Justiça e a Juíza auxiliar da Presidência, Dra. Joriza; reconhece a dedicação da equipe do Fórum de Canindé, que apesar das dificuldades vividas, se superaram. Solicitou à OAB que as demandas dos advogados sejam levadas aos juízes de forma discriminada, para se trabalhar na busca de resposta efetiva.

Dr. Luís Gustavo sugeriu então à Des.^a Ouvidora – 1. que os processos de competência do júri podem ser feitos de forma “semipresencial”, somente com a presença de juízes, jurados, advogados, todos mantendo o distanciamento e com as medidas de segurança necessárias à realização do ato. Mas da forma que está, atualmente regulamentada, são proibidos de fazer, sob pena de penalização. Solicitou que a Ouvidoria trabalhasse para a melhoria da normatização para a realização das sessões do Tribunal do Júri, para ser realizado de forma semipresencial, com todas as medidas de segurança necessárias.

Dra. Tássia abriu a palavra aos Defensores Públicos – inicialmente à Dra. Renata Araújo – Defensora Pública da Vara Criminal de Canindé, que se pronunciou: 1. Elogiou a secretaria da Vara Criminal e da 1ª Vara Cível, que trabalha com celeridade, inobstante as limitações existentes; 2. Audiências de Custódia – acontecendo após as 24h, motivadas pela falta de horário da cadeia pública de Caridade, solicitando intervenção do TJCE para regularizar tal situação.

Em seguida, falou o Dr. Cláudio Porto, Defensor Público da 2ª Vara Cível da Comarca de Canindé, que agradeceu a oportunidade, realçando que o momento era de grande benefício e pontuou: 1. Audiências de Custódia: Necessidade de intervenção junto à Secretaria de Administração Penitenciária para que estruture a cadeia pública de Caridade com o fim de viabilizar a realização do ato audencial.

O Dr. Luís Gustavo Montezuma Herbster observou que no período pré pandemia, as audiências de custódia custavam à SAP o deslocamento de no mínimo 03 policiais, diárias, combustível e tempo. Com a nova forma de trabalho, atualmente as audiências sendo virtualizadas, não há a necessidade de todo esse aparato, bastando que seja implantado uma sala na cadeia pública de Caridade, e estruturada com os equipamentos de informática necessários para a realização das audiências virtuais.

Após, a **Sra. Karlinda Coelho – Presidente da Câmara de Vereadores** colocou a Câmara à disposição do Poder Judiciário local para audiência pública em prol da implantação de uma 3ª Vara e um Juizado Especial em Canindé, solicitações que apresentou como imprescindíveis à melhoria da prestação jurisdicional na Comarca.

O Sr. João Valmir Portela ratificou a sugestão da Presidente da Câmara e repisou a necessidade da criação de um Juizado Especial em Canindé.

Sr. Júnior Castelo, vereador, parabenizou a todos e registrou ver os avanços e o trabalho do PJ em Canindé. Observou que a demanda processual é grande e necessita de uma reestruturação estrutural e de força de trabalho.

Dra. Tássia informa que há uma equipe técnica competente na análise da reestruturação das varas do Fórum.

Dr. Caio Lima Barroso, juiz, informa a condição precária da comarca de Caridade – somente 02 servidores, para as comarcas de Caridade e Paramoti (agregadas).

Sr. Carlos Alberto, supervisor da 1ª Vara Cível da Comarca de Canindé - registra que apesar das dificuldades estruturais e de ausência de força de trabalho, a Comarca de Canindé esteve entre as comarcas destaque do TJCE. Solicitou ao Sr. Presidente da OAB/CE que orientasse os advogados que estão utilizando os três meios de contato das varas disponibilizados, ao mesmo tempo, que tal proceder duplica as demandas e gera retrabalho aos poucos servidores existentes.

Ao final, a Ouvidora, Des.ª Tereze Neumann Duarte Chaves, concluiu louvando o trabalho dos servidores, registrando a importância da presença de representantes de outros poderes na Audiência Pública, e comprometendo-se a levar as demandas e se empenhar junto à Presidência do TJCE por suas análises. Exaltou ser a reunião proveitosa e as críticas necessárias ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Colocou-se à disposição pelos meios eletrônicos, como *e-mail*, *whatsapp* e atendimento presencial. Louvou a iniciativa da Câmara Municipal de Canindé na disponibilização da realização de Audiência Pública para solicitar a instalação de um Juizado Especial na comarca. Parabenizou a comarca pela integração dos poderes e pela implantação de boas idéias e boas práticas nas atividades forenses.

Des.ª Tereze Neumann Duarte Chaves
Ouvidora do Poder Judiciário